



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1004 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: 2282-8682 / 2282-8016

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/217

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/465 de 22/09/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 01 de dezembro de 2023

Horário (de Brasília): 11:30

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Planilhas de Preços;

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

Anexo IV – Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo V - Declaração conforme artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 9, de 06/12/2005;

Anexo VI– Contrato.

1 – OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a elaboração dos Projetos Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a apenas uma licitante.



2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita



consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **VALOR TOTAL DO OBJETO**, conforme Planilhas de Preços, constantes do Anexo II deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 – Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 - Preços unitários e totais, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilhas de Preços, constantes do Anexo II deste edital;

5.1.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à prestação dos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - - **O prazo de vigência do Contrato** é de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data da assinatura pelo Contratante.

5.1.9 – **Prazo de execução dos serviços** será de 26 (vinte e seis) meses, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos de habilitação complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, através do próprio Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1- O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e dos documentos complementares de habilitação.

5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no *Compras.gov.br* e o disposto no Anexo I -Termo de Referência, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.



6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.

6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.

6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **VALOR TOTAL DO OBJETO** desta licitação conforme modelo de Planilha de Preços, constantes do Anexo II deste Edital, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 300,00 (trezentos reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem 7.10 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8.4, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL DO OBJETO**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora;

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.4.4 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4.5 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8.6.1 - disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;

8.6.3 - desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;

8.6.4 - desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.7 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.7.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.7.2 - empresas brasileiras;

8.7.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.7.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no item 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL DO OBJETO**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor preço total anual não ser aceitável ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.



8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o pregoeiro aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.15 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.2 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.



9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Compras.gov.br, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.



9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, em conformidade com o subitem 10.2.

9.4.9 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.10 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.11 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.12 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.11, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 – Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA ou CAU, comprovando o registro ou inscrição da licitante e o seu atual quadro de responsáveis técnicos.

9.5.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

9.5.2.1 - **Capacitação técnico-profissional** - comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data da licitação, 01 (um) profissional de nível superior, Engenheiro Civil ou Arquiteto, reconhecidos pelo CREA/CAU, detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA /CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT expedidas por esses Conselhos **que comprovem elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico em edificações, com área construída mínima de 20.000,00 m² (aproximadamente 40% da área total do prédio do TRF2 - 49.255,64m²).**

9.5.2.1.1 - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

9.5.2.1.2 - Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverão participar da execução do objeto desta licitação.

9.5.2.1.3 - No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s), por profissional (ais) experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.5.2.2 - **Capacitação técnico-operacional** - comprovação através de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, **em nome da licitante, que comprove a elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico em edificações, com área construída mínima de 20.000,00 m² (aproximadamente 40% da área total do prédio do TRF2 - 49.255,64m²).**

9.5.2.2.1 - Para efeito da comprovação de capacitação técnico-operacional, não será admitida apresentação de atestados em nome de empresas subcontratadas.

9.5.2.3 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.3 Certidão ou Registro que comprove situação ativa e regular perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ

9.5.4 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone e e-mail do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

10 - DA VISTORIA:

10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

10.2 - A vistoria ocorrerá em dia útil, conforme disponibilidade, de segunda-feira a sexta-feira, das 12h às 16h, mediante prévio agendamento junto à DIVISÃO DE OBRAS/NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS pelo telefone 2282-8544 ou pelo e-mail nugor@trf2.jus.br.

10.3 - CERTIFICADO DE VISTORIA será emitido pelo (setor técnico), comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da prestação de serviços objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013 02.122.0033.219Z.6013	203.992 - Reforma do Edifício-Sede e Anexos do TRF da 2ª Região	4.4.90.51.80 - Estudos e Projetos

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14.3 - No ato da assinatura do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

14.4 - Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços e entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.5 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.6 - A recusa injustificada da licitante classificada em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei e a imediata perda da garantia da proposta em favor do TRF - 2ª Região.

14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando, neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.9.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital, que deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato;

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.



15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

15.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

15.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF - 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

15.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer seu acompanhamento e fiscalização.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 – O pagamento será efetuado, à vista do documento fiscal apresentado pela contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

16.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

16.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

16.1.3 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.1.4 - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

16.1.4.1- 20% do valor total - na entrega da Etapa1 - Conferência e elaboração do projeto "as built" do Sistema de Combate a Incêndio existente no Prédio, com emissão de parecer técnico.

16.1.4.2- 20% do valor total – na entrega da Etapa 2 - Elaboração do Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

16.1.4.3- 10% do valor total – na entrega da Etapa 3 – Obtenção do Laudo de Exigências do CBMERJ

16.1.4.4- 20% do valor total – na entrega da Etapa 4 - Elaboração do Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico

16.1.4.5- 20% do valor total – na entrega da Etapa 5 - Fiscalização de obra ou serviços de adequação contidos no Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico e emissão do Laudo Circunstanciado do CBMERJ

16.1.4.6- 10% do valor total – na entrega da Etapa 6 - Obtenção do Certificado de aprovação do CBMERJ.

16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015.

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.



16.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

16.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.7.2 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

17 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO

17.1 - A disciplina relativa à fiscalização administrativa do contrato está prevista no Contrato - Anexo VI deste Edital.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - A disciplina relativa às obrigações da Contratada está prevista no Contrato - Anexo VI deste Edital.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - A disciplina relativa às obrigações do Contratante está prevista no Contrato - Anexo VI deste Edital.

20 - DAS SANÇÕES

20.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

20.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

20.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

20.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

20.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

20.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

20.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11 e 20.1.12 acima, bem como nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 22.2.2.

20.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2.4 - **Multa:**

20.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

20.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

20.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

20.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

20.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

20.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

20.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

20.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

20.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

20.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

20.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.

20.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

21.1 - A disciplina relativa ao Instrumento de Medição de Resultados - IMR está prevista no Contrato - Anexo VI deste Edital.

22 - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

22.1 - A disciplina relativa à Matriz de Alocação de Riscos está prevista no Contrato - Anexo VI deste Edital.

23 - DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

23.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

23.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

23.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

23.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

23.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, a Administração poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

23.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

23.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

23.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 23.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.











23.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2023.

Francisco Luís Duarte - Pregoeiro

TRF2-TER-2023/00417

1ª Via (Processo) - Juntado

-  Anotar
-  Autenticar
-  Definir Marcador
-  Definir Perfil
-  Desentranhar
-  Duplicar
-  Enviar para Visualização Externa
-  Ver Dossiê
-  Ver Impressão
-  Ver Mais



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2023/00417

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

1.1.1 - OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a elaboração dos Projetos Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, incluindo a avaliação e o cadastro dos sistemas existentes de combate a incêndio, para adequar a edificação do TRF 2ª Região às normas vigentes e obter o Certificado de Aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ).

1.1.2 DESCRIÇÃO DO PRÉDIO E DOS SERVIÇOS

A Contratada deverá elaborar Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico e Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o prédio do Tribunal Regional da 2ª Região, situado na Rua Acre nº 80, Centro.

1.1.2.1 DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

Situado na Rua do Acre nº 80, o prédio abriga Gabinetes de Desembargadores, Salas de Sessões e salas de setores administrativos. O prédio é composto por um Bloco Frontal dividido em 25 pavimentos, dois Blocos de fundos distribuídos em 10 pavimentos.

Trata-se de um único complexo predial, composto pelo prédio sede, ocupado pelo TRF2 em 1989, ampliado com a construção de dois prédios anexos devido ao acréscimo de seu quadro pessoal e do número de processos judiciais existentes. Os prédios Anexos foram construídos acompanhando os pavimentos do prédio sede, sendo todos os pavimentos interligados entre si, formando assim um único complexo predial.

Composição prédio TRF2 - Rua do Acre	Área de Terreno (m²)	Área Construída (m²)	Observações
Prédio Sede - lote nº 80	1.263,14	15.165,35	Prédio ocupado pelo TRF2 em 1989, legalizado junto à Prefeitura na década de 80, com 25 pavimentos, conta com 04 elevadores, sistemas de automação predial, detecção e alarme de incêndio, sistema de combate a incêndio e sistema de refrigeração.
Prédio Anexo I lotes 74 e 76	1.157,37	19.899,44	Prédio Anexo ao prédio sede cuja construção foi concluída em 1998, conta com 25 pavimentos na lâmina frontal (Bloco A) e 10 pavimentos no Bloco dos fundos (Bloco B) com 05 elevadores, sistemas de automação predial, detecção e alarme de incêndio, sistema de combate a incêndio e sistema de refrigeração.
Prédio Anexo II – lotes nº 84, 86 e 88	952,21	14.190,85	Prédio Anexo ao prédio sede cuja construção foi concluída em 2000, conta com 25 pavimentos na lâmina frontal (Bloco A) e 10 pavimentos no Bloco dos fundos (Bloco B) com 05 elevadores, sistemas de automação predial, detecção e alarme de incêndio, sistema de combate a incêndio e sistema de refrigeração.
Áreas Totais do Complexo Predial	3.372,72	49.255,64	

1.1.2.2 DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

1.1.2.2.1 A contratação tem como objetivo a elaboração dos Projetos Legal e Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o edifício do TRF 2ª Região, incluindo a aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ). A CONTRATADA deve cumprir as condições, quantidades e requisitos estabelecidos neste documento e elaborar todos os projetos e documentos necessários para submissão e aprovação perante o CBMERJ. A execução dos serviços previstos neste Termo de Referência será dividida em seis etapas distintas:

1.1.2.2.1.1 Etapa 1: Conferência e elaboração do projeto “as built” do Sistema de Combate a Incêndio existente no Prédio, com emissão de parecer técnico;

- 1.1.2.2.1.2 Etapa 2: Elaboração do Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico;
- 1.1.2.2.1.3 Etapa 3: Obtenção do Laudo de Exigências do CBMERJ;
- 1.1.2.2.1.4 Etapa 4: Elaboração do Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico;
- 1.1.2.2.1.5 Etapa 5: Fiscalização de obra ou serviços de adequação contidos no Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico e emissão do Laudo Circunstanciado do CBMERJ;
- 1.1.2.2.1.6 Etapa 6: Obtenção do Certificado de Aprovação do CBMERJ.

1.1.2.3 ETAPA 1: Conferência e elaboração do projeto “as built” do Sistema de Combate a Incêndio existente no Prédio, com emissão de parecer técnico.

1.1.2.3.1 Considerando que se trata de um prédio existente com sistemas de combate a incêndio em funcionamento, caberá à CONTRATADA executar os seguintes serviços:

1.1.2.3.1.1 Conferir e atualizar todos os projetos existentes do sistema de combate a incêndio e pânico entregues pela equipe de Fiscalização do TRF 2ª Região. Os projetos serão fornecidos em formato digital editável (.dwg) e deverão ser entregues no mesmo formato;

1.1.2.3.1.2 Fazer o levantamento em campo e elaborar o projeto "as built" dos locais ou disciplinas pertinentes ao sistema de combate a incêndio e pânico que não disponham de projeto existente. Os projetos deverão ser entregues em formato digital editável (.dwg);

1.1.2.3.1.3 Elaborar um parecer técnico detalhado apresentando a caracterização e diagnóstico da situação do sistema existente de combate a incêndio e pânico, apresentando soluções técnicas nos os pontos críticos do sistema identificados.

1.1.2.3.2 Deve ser feita a coleta de informações sobre a condição atual das instalações de Proteção, Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico. Essas informações serão obtidas através de levantamentos em campo, inspeções, consulta a documentos prévios da edificação, caso existam, relatório fotográfico, testes, ensaios e outros procedimentos relevantes. Todas as tubulações e equipamentos acessíveis serão inspecionados, assim como aqueles que apresentarem falhas durante os ensaios.

1.1.2.3.3 Os projetos "as built" existentes serão entregues à CONTRATADA, de acordo com a lista a seguir, para verificação e eventual atualização, caso necessário.

PROJETOS “AS BUILT” ENTREGUES PARA VERIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	
PROJETO	PLANTAS EXISTENTES
Arquitetura	Planta de situação
	Planta de Implantação/Localização
	Planta baixa de todos os pavimentos
	Planta de Cobertura
	Planta de Cortes
Chuveiros Automáticos e Hidrantes	Planta Baixa de todos os pavimentos
	Esquema Vertical
Iluminação de Emergência	Planta Baixa completa de 14 pavimentos (Não existem plantas para Subsolo, Térreo, Garagem 1 (G1), Garagem 2 (G2) e Cobertura)
	Planta Baixa incompleta de 7 pavimentos
Alarme de Incêndio	Planta Baixa de todos os pavimentos com exceção do Subsolo, Térreo, Garagem 1 (G1), Garagem 2 (G2) e Cobertura
Detecção de Incêndio	Planta Baixa de todos os pavimentos com exceção do Subsolo, Térreo, Garagem 1 (G1), Garagem 2 (G2) e Cobertura
Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	Planta baixa de todos os pavimentos
	Esquema Vertical

1.1.2.3.4 A inexistência de documentos ou projetos prévios do edifício por parte da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de levantar, registrar e diagnosticar toda a rede de Proteção, Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico atual, incluindo a elaboração dos projetos “as built”.

1.1.2.3.5 As verificações no local que se tornem necessárias em áreas internas utilizadas por servidores deste Tribunal ou quando produzam muito barulho, atrapalhando o trabalho dos servidores, devem ser realizadas em horários alternativos ao expediente do Tribunal, das 11h às 19h.

1.1.2.3.6 O projeto “as built” deve apresentar todos os desenhos esquemáticos que representem a situação atual do sistema de Proteção, Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico do edifício, incluindo plantas baixas, cortes (longitudinais e transversais), legendas, tabela de quantidades e detalhes dos componentes da instalação.

1.1.2.3.7 O escopo abrange a caracterização completa da instalação atual de Proteção, Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico da Unidade. Serão indicados elementos como a capacidade instalada (reserva de incêndio), classificação da edificação, componentes do sistema com suas quantidades e especificações detalhadas (reservatórios, tubulações, válvulas, sistemas de bombas, extintores, hidrantes, rede sprinklers, centrais de alarme, iluminação de emergência, rotas de fuga, acessos, áreas descobertas e demais itens relevantes) e quaisquer outras informações necessárias para caracterizar a edificação e sua rede de Proteção, Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico.

1.1.2.3.8 Após a conclusão dos projetos “as built” será redigido um parecer técnico identificando os pontos críticos referentes à rede atual de Proteção, Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico da Unidade. Esses pontos serão detalhados por meio de descrições, fotografias e, quando necessário, representados em plantas, viabilizando a análise comparativa com as disposições estipuladas pelas normas em vigor.

1.1.2.3.9 O parecer técnico também deve possuir os elementos fundamentais das soluções técnicas propostas para adequar a rede de Proteção, Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico às normas legais aplicáveis. As soluções técnicas propostas serão analisadas e aprovadas pela Fiscalização antes do desenvolvimento dos demais projetos e etapas.

1.1.2.3.10 No parecer técnico, devem ser apresentadas somente as soluções para os pontos do sistema que não estejam em conformidade com as normas vigentes. Propostas de alterações serão aceitas caso comprovado que o sistema existente não atende aos critérios mínimos necessários. Nesse contexto, deve-se buscar realizar o mínimo de alterações necessárias para adequar o sistema.

1.1.2.3.11 A CONTRATADA é responsável por emitir a ART/RRT do Responsável Técnico englobando os serviços de elaboração dos projetos “as built” e do Projeto Legal, objeto da Etapa 2.

1.1.2.3.12 Ao término desta etapa, a CONTRATADA deverá submeter à Fiscalização, para aprovação, o parecer técnico e o Projeto "as built" em formato digital editável (.dwg).

1.1.2.4 ETAPA 2: Elaboração do Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

1.1.2.4.1 Elaboração do Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico em conformidade com as exigências estipuladas pelo CBMERJ. Este projeto abrangerá todos os planos e documentos pertinentes necessários para a submissão e obtenção da aprovação do Projeto Legal perante o mencionado órgão.

1.1.2.4.20 Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico e o Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico incluirá as seguintes disciplinas e documentos:

1.1.2.4.2.1 Hidrantes;

1.1.2.4.2.2 Chuveiros Automáticos;

1.1.2.4.2.3 Sinalização de segurança;

1.1.2.4.2.4 Iluminação de emergência;

1.1.2.4.2.5 Alarme de Incêndio;

1.1.2.4.2.6 Detecção de Incêndio;

1.1.2.4.2.7 Saídas de emergência;

1.1.2.4.2.8 Plano de Emergência;

1.1.2.4.2.9 Hidrante Urbano;

1.1.2.4.2.10 Compartimentação Vertical;

1.1.2.4.2.11 Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA)

1.1.2.4.2.12 Segurança Estrutural Contra Incêndio;

1.1.2.4.2.13 Controle de materiais de acabamento e revestimento;

1.1.2.4.2.14 Memoriais descritivos;

1.1.2.4.2.15 Memória de cálculo dos dispositivos dimensionados;

1.1.2.4.2.16 Demais projetos e documentos relevantes ao Projeto Legal.

1.1.2.4.3 O Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico e o Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico deverá conter as seguintes plantas e desenhos:

1.2.3.4.3.1 Planta de Situação e Planta de Implantação/Locação da edificação, trazendo os posicionamentos, dimensionamentos e especificações de todas as tubulações externas e de equipamentos diversos, inclusive entrada de viaturas;

1.2.3.4.3.2 Planta Baixa de todos os pavimentos da edificação, trazendo os posicionamentos, dimensionamentos e especificações das tubulações, dos pontos de hidrantes, dos reservatórios (quando for o caso) e de todos os elementos, tais como extintores portáteis, registros, mangueiras, dentre outros, informando também o tipo e capacidade destes elementos;

1.2.3.4.3.3 Detalhamento da casa de bombas e barriletes da rede de hidrantes e da rede de sprinklers, quando couber;

1.2.3.4.3.4 Desenho da distribuição dos diversos tipos de detectores, acionadores manuais e alarmes (sonoros, audiovisuais e de hidrantes) de segurança contra incêndio e pânico para todas as dependências da edificação;

1.2.3.4.3.5 Detalhamento da montagem de todos os componentes dos equipamentos do sistema de segurança contra incêndio e pânico, incluindo-se mangueiras, extintores portáteis, dentre outros;

1.2.3.4.3.6 Desenhos isométricos da rede geral e dos conjuntos individuais, indicando-se as vazões, os posicionamentos e dimensionamentos das tubulações, as conexões, as válvulas, os registros e os demais componentes do sistema;

1.2.3.4.3.7 Detalhamento de todos os elementos de passagem ou suporte das instalações a serem embutidos, fixados ou transpassados na estrutura da edificação;

1.2.3.4.3.8 Desenhos do Subsistema Captor, contendo a localização e a identificação dos para-raios e terminais aéreos, quando couber;

1.2.3.4.3.9 Desenhos do Subsistema de Descidas, contendo as ligações entre os para-raios, terminais aéreos e aterramento, quando couber;

1.2.3.4.3.10 Desenhos do Subsistema de Aterramento, contendo as ligações entre a malha inferior e as caixas de aterramento e a malha de aterramento da cerca metálica, quando couber.

1.2.3.4.3.11 Demais projetos e desenhos necessários para aprovação do Projeto de Proteção, Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico junto ao CBMERJ

1.1.2.4.4 O Projeto Legal desenvolvido deve levar em consideração as instalações do sistema de combate a incêndio já existentes, de acordo com os projetos "as built" desenvolvidos na Etapa 1. Apenas nos casos em que o sistema não estiver em conformidade com as normas atuais para a aprovação do projeto junto ao CBMERJ, será permitida a apresentação de propostas de alteração.

1.1.2.4.5 As soluções apresentadas no parecer técnico aprovado pela Fiscalização na Etapa 1 devem ser efetivamente incorporadas durante a execução do Projeto Legal. Contudo, existe a possibilidade de realizar mudanças nas soluções técnicas, desde que essas sejam comunicadas antecipadamente à Fiscalização. Esta, por sua vez, irá avaliar e conceder aprovação às alterações propostas.

1.1.2.4.6 Ao término dessa etapa, a CONTRATADA é responsável por fornecer à Fiscalização o Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico, em formato digital editável (.dwg). A Fiscalização terá a incumbência de analisar minuciosamente e aprovar a totalidade da documentação apresentada.

1.1.2.5 ETAPA 3: Obtenção do Laudo de Exigências do CBMERJ.

1.1.2.5.1 Essa etapa engloba o procedimento de entrada e acompanhamento dos projetos e documentações exigidas no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), incluindo a resolução de eventuais pendências durante a tramitação, culminando na aprovação dos projetos e na emissão do Laudo de Exigências (LE).

1.1.2.5.2 A CONTRATADA é responsável por executar os serviços a seguir:

1.1.2.5.2.1 Emitir a ART/RRT do Responsável Técnico para abertura do procedimento.

1.1.2.5.2.2 Efetuar o pagamento das taxas e emolumentos emitidos pelo CBMERJ, caso necessário.

1.1.2.5.2.3 Plotar quantas vias dos projetos e documentos forem necessárias para entrada no processo junto ao CBMERJ.

1.1.2.5.2.4 Monitorar permanentemente o andamento do processo de maneira a efetuar de forma ágil eventuais correções necessárias no projeto para sua aprovação.

1.1.2.5.2.5 Disponibilizar à Fiscalização acesso ao andamento do processo junto ao CBMERJ.

1.1.2.5.3 A etapa estará finalizada após os projetos de segurança contra incêndio dos Edifícios serem entregues à Fiscalização e devidamente aprovados pelo CBMRJ, seguidos da emissão do Laudo de Exigências (LE).

1.1.2.6 ETAPA 4: Elaboração do Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico

1.1.2.6.1 Nesta etapa, a CONTRATADA deverá elaborar um projeto executivo com base no Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico aprovado pelo CBMRJ, após a emissão do Laudo de Exigências (LE). Esse projeto executivo será empregado na contratação, pelo TRF 2ª Região, de uma empresa especializada encarregada de executar as obras ou serviços requeridos para a adaptação do sistema de combate a incêndio e pânico existente.

1.1.2.6.2 A CONTRATADA deve emitir a ART/RRT do Responsável Técnico para elaboração do projeto executivo.

1.1.2.6.3 A elaboração do projeto executivo deve incluir todas as plantas e detalhes necessários, caderno de especificações técnicas, caderno de encargos, lista de materiais e equipamentos, memorial descritivo e de cálculo, orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro.

1.1.2.6.4 A planilha orçamentária deve ser dividida em Orçamento Analítico, contendo todas as composições de preços, e Orçamento Sintético, constando os preços unitários e totais.

1.1.2.6.5 O orçamento deve seguir todas as disposições impostas no Decreto 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia em serviços contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

1.1.2.6.6 O custo global de referência de obras e serviços de engenharia será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil -SINAPI.

1.1.2.6.6.1 Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto no item anterior, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

1.1.2.6.6.2 A pesquisa de mercado deve ser feita com, no mínimo, 3 (três) fornecedores conforme disposto no art. 23, § 1º, IV da Lei 14.133/2021, mediante solicitação formal de cotação. A pesquisa de preços deverá ser apresentada conjuntamente com a Planilha Orçamentária.

1.1.2.6.7 O orçamento deve ser entregue em uma planilha Excel, contendo acesso a todas as fórmulas utilizadas para cálculo dos valores.

1.1.2.6.8 A elaboração das planilhas deve ser minuciosa e precisa, com bom uso da língua portuguesa, garantindo que a descrição dos itens e subitens esteja em total sintonia com o Projeto, permitindo sua fácil identificação.

1.1.2.6.9 É permitido mencionar marcas de referência, desde que acompanhadas da expressão "ou de qualidade equivalente ou superior".

1.1.2.6.10 A composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) aplicada deve ser elaborada em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Acórdão nº 2622/2013 do TCU, empregando as taxas médias nele previstas.

1.1.2.6.10.1 Esta composição deve apresentar uma distinção clara entre materiais, equipamentos e serviços, de modo a fornecer uma descrição detalhada e transparente dos valores associados a cada um desses elementos.

1.1.2.6.11 Para elaboração dos orçamentos, cronogramas e especificações técnicas deve ser considerado todas as obras civis necessárias na edificação para a implantação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio propostos.

1.1.2.6.12 Para conclusão desta etapa, a CONTRATADA deverá submeter todos os documentos do projeto executivo à aprovação da Fiscalização, incluindo caderno de especificações técnicas, caderno de encargos, orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro.

1.1.2.7 ETAPA 5: Fiscalização de obra ou serviços de adequação contidos no Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico e emissão do Laudo Circunstanciado do CBMERJ.

1.1.2.7.1 A CONTRATADA é responsável por supervisionar e fiscalizar a realização dos serviços de adaptação delineados no projeto executivo desenvolvido na Etapa 4. Esse acompanhamento é de suma importância para o êxito da obra, uma vez que o TRF 2ª Região contratará empresas especializadas para implementar as adequações indicadas pela CONTRATADA no projeto executivo.

1.1.2.7.2 A CONTRATADA é responsável por manter uma equipe de fiscalização composta por profissionais habilitados e qualificados, conforme exigência de atestado técnico operacional.

1.1.2.7.2.1 No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s), por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

1.1.2.7.2.2 Essa equipe deve estar presente desde o início dos serviços até a conclusão do contrato de execução da obra, abrangendo quaisquer prazos adicionais que possam surgir em decorrência de aditamentos.

1.1.2.7.3 O corpo técnico deve conter profissionais para realizar a fiscalização de todas as áreas da obra que foram indicadas no projeto executivo.

1.1.2.7.4 Os profissionais designados devem acompanhar os serviços no local, realizando visitas com uma frequência mínima de uma vez por semana, ou conforme a necessidade e urgência dos serviços.

1.1.2.7.5 A carga horária semanal mínima de visita ao local do profissional designado pela CONTRATADA, durante a execução da obra, deve ser de 8 (oito) horas.

1.1.2.7.6 Os profissionais designados pela CONTRATADA, encarregados da fiscalização dos serviços, também assumirão a responsabilidade de apoiar a equipe técnica do TRF 2ª Região visando o cumprimento do cronograma físico-financeiro da obra. Isso inclui prestar auxílio na condução de medições e na elaboração de aditamentos, conforme necessário.

1.1.2.7.7 Caso seja necessário celebrar aditamentos ao contrato da execução da obra, a CONTRATADA fornecerá assistência não apenas na análise técnica e definição dos serviços adicionais necessários, mas também na avaliação de toda a documentação produzida, abrangendo o cronograma físico-financeiro e as planilhas orçamentárias.

1.1.2.7.8 A CONTRATADA é responsável por disponibilizar aos seus funcionários todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, bem como providenciar Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), se necessário, em estrita conformidade com as normas e legislação vigentes.

1.1.2.7.9 A CONTRATADA é responsável por emitir a ART/RRT do Responsável Técnico englobando os serviços de fiscalização.

1.1.2.7.10 Após a execução da obra ou serviços necessários, a CONTRATADA deverá emitir o Laudo Técnico Circunstanciado contendo uma descrição detalhada do funcionamento e manutenção das estruturas, equipamentos e dispositivos, certificando as condições de operacionalidade e a qualidade técnica da montagem e instalação dos mesmos.

1.1.2.7.11 A impressão de plantas e de qualquer documentação necessária para a elaboração e tramitação do Laudo Técnico Circunstanciado junto ao CBMERJ é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

1.1.2.7.12 A CONTRATADA deve efetuar o pagamento das taxas e emolumentos emitidos pelo CBMERJ, caso necessário.

1.1.2.7.13 A etapa de fiscalização será finalizada após a conclusão da execução de todas as obras e serviços necessários para adaptação do sistema de Prevenção e Combate a Incêndio Pânico, bem como após a elaboração do Laudo Técnico Circunstanciado.

1.1.2.8 ETAPA 6: Obtenção do Certificado de Aprovação do CBMERJ

1.1.2.8.1 Essa etapa abrange a entrada e emissão do Certificado de Aprovação junto ao CBMERJ, certificando que a edificação está regularizada e cumpre todas as medidas de Segurança contra Incêndio e Pânico.

1.1.2.8.2 A CONTRATADA deverá executar os serviços a seguir:

1.1.2.8.2.1 Emitir a ART/RRT do Responsável Técnico para abertura do procedimento.

1.1.2.8.2.2 Efetuar o pagamento das taxas e emolumentos emitidos pelo CBMERJ, caso necessário.

1.1.2.8.2.3 Plotar quantas vias dos projetos e documentos forem necessárias para entrada no processo junto ao CBMERJ.

1.1.2.8.2.4 Monitorar permanentemente o andamento do processo de maneira a efetuar de forma ágil eventuais correções necessárias no projeto para sua aprovação.

1.1.2.8.2.5 Fornecer todos os documentos e respectivas cópias necessários para abertura e conclusão do procedimento, incluindo Certificado de Responsabilidade e Garantia, Memorial Descritivo e Memoriais de Cálculo aprovados.

1.1.2.8.3 A etapa estará concluída após o a emissão do Certificado de Aprovação (CA) pelo CBMERJ.

1.1.3 – FORMA DE EXECUÇÃO:

1.1.3.1 Os serviços da Etapa 1 (Conferência e elaboração de projeto “as built” através de levantamento) deverão ser realizados de modo a não prejudicar o desenvolvimento das atividades cotidianas deste Tribunal. Para tanto a contratada deverá prever, quando necessário, a execução dos levantamentos fora do horário de expediente normal do Tribunal (11 às 19hs).

1.1.3.2 Deverá ser definido junto a DIOBR, local para guarda de equipamentos e ferramentas necessárias para o levantamento das instalações. A firma deverá apresentar listagem de ferramentas e equipamentos de sua propriedade, que será entregue ao setor de segurança ao dar entrada no Tribunal, para posterior conferência na saída da firma. Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos do Tribunal, salvo quando houver autorização do Diretor competente.

1.1.3.3 A contratada só deverá proceder a qualquer alteração na execução ou objeto do serviço com a autorização de um dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, mediante a celebração de aditamento.

1.1.3.4 A contratada deverá garantir que a mão de obra empregada, na execução dos serviços, será de primeira qualidade conduzindo a um ótimo resultado. Também será responsável por todo o material, ferramentas e equipamentos necessários para a elaboração dos Projetos objeto desta contratação.

1.1.3.5 Reunião de Início dos Serviços

1.1.3.5.1 Será realizada a reunião de início dos serviços entre a contratada e a fiscalização, no local dos serviços, para esclarecimento dos critérios, condicionantes, conteúdo dos documentos e etc., que deverão ser observados na produção dos serviços e dos demais procedimentos da fiscalização. Nesta reunião, deverão estar presentes o preposto e os membros da equipe técnica da CONTRATADA a critério da administração.

1.1.3.5.2 Condições para emissão da Ordem de Início dos Serviços:

1.1.3.5.2.1 Apresentação da designação formal do Preposto;

1.1.3.5.2.2 Apresentação de ART/RRT junto ao CREA-RJ /CAU-RJ, referente à execução dos serviços, emitida por profissional legalmente habilitado

1.1.3.6 Forma de comunicação formal entre a fiscalização e a contratada

A comunicação e/ou registro de ocorrências entre a Contratada e a Fiscalização poderá ser formalizada em reuniões previamente agendadas ou por meio de mensagens eletrônicas (e-mail) entre endereços eletrônicos do preposto da Contratada e da DIOBR/SIE do Contratante.

1.1.3.7 Normas e práticas complementares

Os documentos técnicos constituintes dos serviços deverão obedecer às recomendações das normas e leis abaixo relacionadas para a especificação, métodos, procedimentos, padronização, simbologia e terminologia de todos os elementos.

1.1.3.7.1 Decreto-Lei nº 247/1975: Dispõe sobre segurança contra incêndio e pânico;

1.1.3.7.2 Decreto nº 42/2018: Regulamenta o Decreto-Lei nº 247, de 21 de julho de 1975, dispondo sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - COSCIP, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;

1.1.3.7.3 Portaria CBMERJ nº 1071/2019 - Aprova as notas técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro necessárias ao cumprimento do Decreto nº 42/2018, e dá providências;

1.1.3.7.4 Notas Técnicas do CBMERJ: 1-01 (Parte 1), NT 1-01 (Parte 2), NT 1-02, NT 1-03, NT 1-04, NT 1-05, NT 1-06, NT 1-07, NT 2-01, NT 2-02, NT 2-03 (Parte 1), NT 2-03 (Parte 2), NT 2-04, NT 2-05, NT 2-06, NT 2-07, NT 2-08, NT 2-09, NT 2-10, NT 2-11, NT 2-12, NT 2-13, NT 2-14, NT 2-15, NT 2-16, NT 2-17, NT 2-18, NT 2-19, NT 2-20, NT 3-02, NT 3-05, NT 4-03, NT 5-01;

1.1.3.7.5 Normas Técnicas da ABNT pertinentes às instalações de segurança contra incêndio e pânico;

1.1.3.7.6 NR 23 - Proteção Contra Incêndios;

1.1.3.7.7 Normas das Concessionárias de Serviços Públicos;

1.1.3.7.8 Especificações dos fabricantes de materiais, quanto ao seu modo de aplicação e utilização;

1.1.3.7.9 Legislação vigente aplicável Municipal, Estadual e Federal.

1.1.3.8 Forma de Apresentação dos projetos

1.1.3.8.1 Todos os projetos e documentos descritos no item 1.3.2 deste Termo deverão ser entregues ao TRF2 em 4 (quatro) vias impressas em papel sulfite, dobradas no formato A4, com assinaturas dos Responsáveis Técnicos, acompanhadas de cópia digitalizada e armazenada em mídia digital (pen-drive), com os respectivos arquivos em formato editável (DOCX, XLSX, DWG ou semelhantes) e formato PDF com assinaturas dos Responsáveis Técnicos

1.1.3.8.2 Todas as pranchas de desenho deverão ter Carimbo no canto inferior direito que conterá, no mínimo, as seguintes informações:

1.1.3.8.2.1 Nome e assinatura do Responsável Técnico do projeto e número do CREA;

1.1.3.8.2.2 Nome do Contratante, neste caso o TRF2;

1.1.3.8.2.3 Nome da obra a ser executada;

1.1.3.8.2.4 Título do projeto;

1.1.3.8.2.5 Escalas utilizadas;

1.1.3.8.2.6 Referência do projeto, quando houver necessidade;

1.1.3.8.2.7 Número da prancha (N/T – sendo N o nº da prancha e T o total de pranchas do projeto);

1.1.3.8.2.8 Data de elaboração do Projeto;

1.1.3.8.2.9 Número, data e visto da Revisão, quando houver;

1.1.3.8.2.10 Logomarca da Contratada.

1.1.3.8.3 Todas as pranchas do desenho deverão apresentar quadro da simbologia utilizada no projeto, e devem ser convenientemente orientadas, com indicação do Norte verdadeiro e a declinação magnética.

1.1.3.8.4 A apresentação gráfica dos projetos deverá ser desenvolvida em software AUTOCAD ou similar que possibilite a perfeita importação do conteúdo.

1.1.3.8.5 O tamanho das folhas deve seguir as normas NBR 10068, NBR 10582, NBR 13142 e convenções usuais referentes às folhas para representação de desenhos técnicos.

1.1.3.8.6 Os documentos entregues em formato "dwg", deverão ser entregues os arquivos ".ctb" (de configuração de cores e penas) correspondentes de forma a facilitar futuras plotagens.

1.1.3.8.7 A Contratada se responsabiliza pela obtenção de cópias de plantas, projetos e documentos que forem necessários.

1.1.3.8.8 Os Memoriais Descritivos, o Caderno de Especificações e Encargos, as Planilhas de Quantitativos e Preços, as Planilhas Orçamentárias e o Cronograma Físico-Financeiro deverão ser submetidos à Fiscalização em formato digital editável, compatível com os softwares de processamento de texto e planilha da Microsoft Office. Esses documentos devem estar assinados eletronicamente pelo profissional responsável e podem ser entregues por meio de pen drive ou compartilhamento de arquivos online.

1.2 PRAZO DE VIGÊNCIA/PRAZO DE ENTREGA:

1.2.1 O prazo mínimo de execução estimado será de 2 (dois) anos e 2 (dois) meses a contar do 1º dia subsequente à data do recebimento da assinatura do Contrato pelo Contratante.

1.2.2 Os prazos de execução de cada Etapa foram determinados em função de sua complexidade e do respectivo projeto que será resultado.

1.2.3 O prazo previsto para realização dos serviços de cada Etapa somente se inicia a partir do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço emitida pelo Fiscal do Contrato, e será contado em dias corridos conforme constante no quadro abaixo.

SEQUÊNCIA DAS FASES DE ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO LEGAL DE INCÊNDIO		
ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Conferência e elaboração do projeto “as built” do Sistema de Combate a Incêndio existente no Prédio, com emissão de parecer técnico	45 dias a contar da data do recebimento da Ordem de Início dos Serviços
2	Elaboração do Projeto Legal de Sistema de Proteção Contra Incêndio e Pânico	45 dias a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço.
3	Obtenção do Laudo de Exigências do CBMERJ	INDEFINIDO
4	Elaboração do projeto executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (incluindo o projeto executivo dos possíveis serviços e obras necessários)	60 dias a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço.
	Efetivação do procedimento licitatório para a contratação dos serviços e obras necessários	INDEFINIDO
5	Fiscalização de obra ou serviços de adequação contidos no Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico e emissão do Laudo Circunstanciado do CBMERJ	180 dias a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço.
6	Obtenção do Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros	INDEFINIDO

1.2.4 A contagem dos prazos apresentados acima será interrompida sempre que os produtos da etapa em execução forem submetidos a análises tanto da Fiscalização, quanto do CBMERJ, assim como no caso de necessidade de contratação de execução de alguma adequação por parte do Contratante.

1.2.5 Considerando que tratar-se o CBMERJ de órgão externo, sob o qual o Tribunal não possui ingerência, não é possível definir de prazo para análise e aprovação por parte do CBMRJ. Da mesma forma não é possível definir o prazo para a efetivação de uma possível contratação através de certame licitatório, e, por este motivo, torna-se necessária a interrupção na contagem dos prazos.

1.2.6 Para efeito de acompanhamento orçamentário e financeiro do objeto da contratação foi estimado o prazo mínimo total de 26 (vinte e seis) meses.

1.3 PRAZO DE GARANTIA/PRAZO DE VALIDADE:

 Não se aplica

1.4 CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA:

 Não se aplica

1.5 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - REGRAS:

 Não se aplica

1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

1.6.1 Certidão ou Registro que comprove situação ativa e regular perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ.

1.6.2 Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU em plena validade.

1.6.3 - Comprovação de capacitação técnico-operacional mediante a apresentação de pelos menos um único atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, que comprove elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico em edificações com características similares às do prédio do TRF2, com área construída mínima de 20.000,00 m² (aproximadamente 40% da área total do prédio do TRF2 - 49.255,64m²).

1.6.4 - Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU que comprove elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico em edificações com características similares às do prédio do TRF2, com área construída mínima de 20.000,00 m² (aproximadamente 40% da área total do prédio do TRF2 - 49.255,64m²).

1.6.4.1 O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

1.6.4.2 No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s), por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

1.7 VISTORIA:

1.7.1 A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

1.7.2 As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 16:00, devendo ser previamente agendadas com o Núcleo de Gestão de Obras (NUGOR) pelo tel 2282-8544 ou pelo e-mail nugor@trf2.jus.br.

1.7.3 A declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto e entrega dos serviços supre a necessidade de visita técnica.

1.8 METAS FÍSICAS:

Possibilitar a adequação das instalações de prevenção, combate, detecção de incêndio e sinalização do prédio do TRF2 para, em caso de sinistro, proteger a vida de seus servidores, prestadores de serviços, usuários bem como seu patrimônio, visto que a Administração tem por obrigação atender às demandas dos órgãos fiscalizadores no que tange à legislação vigente sobre a prevenção e ao combate a incêndios do CBMERJ.

1.9 LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO:

O projeto será elaborado para prédio do Tribunal Regional da 2ª Região, situado na Rua Acre nº 80, Centro-RJ.

1.10 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE RECEBIMENTO:

1.10.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

1.10.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

1.10.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para serviços comuns, e 5 (cinco) dias úteis para serviços com alocação de mão de obra, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

1.10.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 14.5 do edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do Edital e seus anexos.

1.10.3 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

1.10.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

1.10.5 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990.

1.11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1.11.1 – Nos trabalhos desenvolvidos nas dependências deste Tribunal, assegurar a integridade física, isenta de riscos, das instalações e equipamentos já existentes ou executados na edificação, providenciando, onde necessário, a embalagem dos mesmos. Ao final dos serviços a contratada deverá entregar os locais onde se desenvolveram os serviços devidamente limpos e recuperados.

1.11.2- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços ou materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções. Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus para a Contratante.

1.11.3 - Permitir o livre exercício da fiscalização credenciada pelo Tribunal. O exercício da fiscalização pelo Tribunal Regional Federal não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

1.11.4 O descumprimento pela Contratada dos prazos para início e término da execução dos serviços irá sujeitá-la à aplicação das sanções previstas no contrato.

1.11.5 Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos trabalhos tais como insumos, mão de obra (inclusive em horário extraordinário) e licenças junto a órgãos públicos e concessionárias, sendo de responsabilidade da Contratada fornecer os documentos técnicos exigidos pelos mesmos.

1.11.6 – Todas as despesas de deslocamento, taxas de emissão de documentos, impostos, plotagem/impressão das plantas do projeto e dos documentos técnicos inerentes ao mesmo, ou outras necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos serão de responsabilidade da Contratada.

1.11.7 - Fornecer toda mão-de-obra necessária à execução dos serviços, com experiência comprovada e devidamente capacitada;

1.11.8 - Responsabilizar-se por quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, reparando, ou quando isto for impossível, indenizando, sem quaisquer ônus para o Tribunal.

1.11.9 - Oferecer na execução dos trabalhos a plena proteção contra riscos de acidentes (incluindo EPI's convencionais e demais materiais de segurança necessários), ao seu próprio pessoal e a terceiros, independente de transferência daqueles riscos às companhias ou institutos seguradores;

1.11.10 - Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho (tendo como referência as normas regulamentadoras do Ministério do trabalho), e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), adequados a todo e qualquer tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido;

1.11.11 - Elaborar quantas alterações/revisões/complementações forem necessárias de cada documento, a partir de solicitações circunstanciadas da fiscalização, sem quaisquer ônus ao Contratante.

1.11.12 A Contratada obriga-se a prestar quaisquer esclarecimentos acerca dos projetos/documentos por ela desenvolvidos, especialmente se for o caso de uma futura execução da obra de adequação/implantação das instalações de segurança e combate a incêndio nas edificações.

1.11.13 A Contratada e os Responsáveis Técnicos por ela designados têm total e exclusiva responsabilidade técnica sobre os Projetos contratados com as respectivas adequações e complementações, independentemente da aprovação dos mesmos pela Fiscalização.

1.11.14 Caso as legislações e regras do CBMERJ sejam alteradas durante a vigência do contrato, a Contratada fica responsável por adequar-se às novas normas vigentes para entrega dos projetos/documentos solicitados.

1.11.15 Assegurar o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos, sem limitações;

1.11.5.1 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, serão assegurados ao Contratante, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do Tribunal, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

1.12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1.12.1 – Fornecer todas as informações necessárias para a execução do serviço.

1.12.2 – Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da contratada, devidamente uniformizados e identificados, às dependências do contratante.

1.12.3 – Efetuar os pagamentos à contratada com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo.

1.12.4 - Disponibilizar área para guarda de ferramental e equipamentos necessários para o levantamento de toda as instalações de combate à incêndio existentes;

1.13 CÓDIGO SIASG: BR 20060

1.14 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

Não se aplica

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Os prédios anexos do TRF2 não foram legalizados junto á Prefeitura do Rio de Janeiro, nem possuem aprovação dos projetos de combate contra incêndio e pânico.

2.2 Atualmente a aprovação de projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico somente pode ser efetivada por empresas habilitadas pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro

2.3 Considerando que a Administração tem por obrigação atender as demandas dos órgãos fiscalizadores com relação à legislação vigente sobre incêndio, faz-se necessária a presente contratação visando a adequação das edificações pertencentes ao Tribunal às normas vigentes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

2.4 Os estudos técnicos preliminares ([TRF2-ETP-2023/00242](#)) evidenciaram que a contratação descrita no item 1 (OBJETO) mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, sendo viável a contratação pretendida.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Solução Escolhida

Contratação de empresa especializada para a elaboração dos Projetos Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, incluindo a avaliação e o cadastro dos sistemas existentes de combate a incêndio, para adequar a edificação do TRF 2ª Região às normas vigentes e obter o Certificado de Aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ).

3.2 Justificativa da escolha

Considerando a premissa de que Os prédios anexos do TRF2 não foram legalizados junto á Prefeitura do Rio de Janeiro, nem possuem aprovação dos projetos de combate contra incêndio e pânico e da consequente necessidade de regularizar essa situação a solução escolhida é a contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico e Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o prédio do Tribunal Regional da 2ª Região.

3.3 O objeto deste Termo não contempla a assunção de obrigações futuras, tais como assistência técnica e/ou manutenção.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

4.1.1 Atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos “Qualificação técnica” e “Obrigações da Contratada”;

4.1.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, pois o serviço de elaboração dos projetos trata-se do objeto principal desta contratação, o que torna inviável a execução do mesmo por terceiros.

4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

Não incidem outros critérios de sustentabilidade na presente licitação devido ao fato de se tratar apenas da elaboração de projetos de engenharia.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1 Possibilitar a adequação das instalações de prevenção, combate, detecção de incêndio e sinalização do prédio do TRF2 para, em caso de sinistro, proteger a vida de seus servidores, prestadores de serviços, usuários bem como seu patrimônio, visto que a Administração tem por obrigação atender às demandas dos órgãos fiscalizadores no que tange à legislação vigente sobre a prevenção e ao combate a incêndios do CBMERJ.

5.2 Os benefícios almejados residem em contribuir para a prática de ações que visem o desenvolvimento sustentável, no qual o crescimento da economia e a geração de riquezas estejam integrados à preservação do meio ambiente e ao manejo adequado dos recursos naturais, assim como o direito dos indivíduos à cidadania e a qualidade de vida.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório. São atribuições da Fiscalização:

6.1 Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

6.2 Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

6.3 Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6.4 Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

6.5 Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

6.6 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto utilizando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme modelo previsto no item 11 deste Termo de Referência devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.7 A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

7.1.1 - 20% do valor total - na entrega da Etapa1 - Conferência e elaboração do projeto “as built” do Sistema de Combate a Incêndio existente no Prédio, com emissão de parecer técnico.

7.1.2 - 20% do valor total – na entrega da Etapa 2 - Elaboração do Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

7.1.3 - 10% do valor total – na entrega da Etapa 3 – Obtenção do Laudo de Exigências do CBMERJ

7.1.4 - 20% do valor total – na entrega da Etapa 4 - Elaboração do Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico

7.1.5 - 20% do valor total – na entrega da Etapa 5 - Fiscalização de obra ou serviços de adequação contidos no Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico e emissão do Laudo Circunstanciado do CBMERJ

7.1.6 - 10% do valor total – na entrega da Etapa 6 - Obtenção do Certificado de aprovação do CBMERJ

7.2 - O pagamento será efetuado à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente por ela indicada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

7.2.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

7.2.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

7.2.3 - Para fins do disposto no item 7.2, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.3 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

7.4 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

7.5 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015.

7.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

7.7 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.8 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

7.8.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 7.8, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 Trata-se de serviço comum de engenharia a ser contratado por meio de Pregão eletrônico, pelo critério de menor preço.

8.2 A elaboração de Projeto Legal e Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico é um serviço que apresenta características padronizadas de desempenho e qualidade, sendo também disponível a qualquer tempo no mercado.

8.3 Nesse caso, por se tratar de projeto baseado nas normas e legislação de segurança contra incêndio e pânico, o projeto elaborado por uma empresa será necessariamente similar ao que seria elaborado por outra empresa, o que caracteriza que o serviço não tem natureza predominantemente intelectual.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado será o indicado na planilha anexa ao Edital ou ao Aviso de Dispensa.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária no ID 270 da PO 2023.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1 A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2 O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.

11.3 Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor prestado na medição
2	1,0% sobre o valor prestado na medição
3	1,5% sobre o valor prestado na medição
4	2,0% sobre o valor prestado na medição
5	3,0% sobre o valor prestado na medição

Tabela 02		
Item	Descrição	Grau
1	Deixar de realizar seus serviços no prazo contratual, sem justificativa prévia	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do serviço;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços;	3
4	Deixar de acusar o recebimento de mensagens eletrônicas do gestor do contrato no prazo máximo de 24hs, a partir do envio da mesma;	4
5	Executar serviço incompleto, ou de forma irregular, segundo as normas vigentes	2
6	Subdimensionar a proporção adequada de pessoal, causando transtornos ao Tribunal devido à demora na execução de seus serviços;	3
7	Negar a refazer serviço não aprovado pelo(a) Gestor(a) do contrato.	3

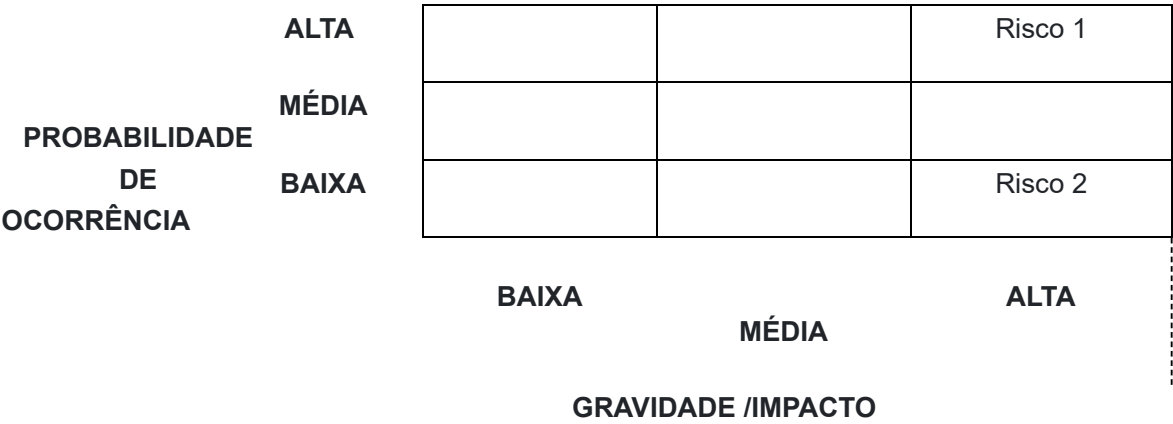
11.4 O objeto deste Termo não contempla a assunção de obrigações futuras, tais como assistência técnica.

12. ANÁLISE DE RISCOS:

Vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não incluem-se, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação.

Risco 01	Risco:		Atraso ou fracasso no processo licitatório	
	Probabilidade:		Alto	
	Impacto:		Alto	
	Dano 1:		Impossibilidade de legalização dos prédios anexos junto à Prefeitura em função da falta de aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros.	
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.		Setor responsável pelo serviço
	2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.		Setor responsável pelo serviço
	3	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.		Setor responsável pelo serviço
	Id	Ação de Contingência		Responsável
	1	Alocação integral do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.		Direção Secretaria
2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.		Administração TRF	

Risco 02	Risco:		Especificação Insuficiente para os serviços	
	Probabilidade:		Baixa	
	Impacto:		Alto	
	Dano 1:		Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.	
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas.		Setor responsável pelo serviço
	Id	Ação de Contingência		Responsável
1	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.		Equipe de Fiscalização	



13. ANEXOS: Os anexos ao presente termo constarão no Edital.


Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2023.

- assinado eletronicamente -
ALEXSANDRO SANTOS CAMPELO
Diretor(a) de Divisão
DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

Classif. documental	30.01.01.01
---------------------	-------------

Data	Lotação	Evento	Descrição
------	---------	--------	-----------

07/11/23 DIOBR Juntada Juntado ao documento: [TRF2-EOF-2023/00217-V01](#) Descrição: Contratação de empresa especializada para a elaboração dos Projetos Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico. Pregão (artigo 28, I da Lei 14.133/2021) TRF2-SEC-2023/00204

Vias			
A	Juntado		
Geral	Documento Assinado com Senha	Alexsandro	

Documentos Relacionados

EOF217-V01

TER417-A

Documento Interno Produzido

Suporte: Documento Eletrônico

Data: : 06/11/23

De: Alexsandro Santos Campelo

Para: DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

Cadastrante: Cássia Emilia Alves da Silva (DIOBR)

Espécie: Termo de Referência

Modelo: Termo de Referência - TER

Descrição: Contratação de empresa especializada para a elaboração dos Projetos Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico

Classificação: 30.01.01.01 - ADMINISTRAÇÃO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS : ACOMPANHAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES: ACOMPANHAMENTO DE LICITAÇÕES: Coleta de dados e acompanhamento das licitações

Nível de Acesso

Público (Público)

Arquivos Auxiliares

 Incluir Arquivo

Conhecimentos Relacionados



- [Recebimento de documentos pelo apoio da STI](#)

PLANILHA DE PREÇOS - CONTRATAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, COM APROVAÇÃO NO CBMERJ									
Referência: SINAPI - Maio/2023									
Item 1		Mão de Obra							
	Código SINAPI	Cargo	Unid.	Quant.	Custo/mês	Custo Total (R\$)	Fator K	Preço (R\$)	
1.1	40939	Engenheiro Civil Pleno (44 horas)	Mês	4,75	13.336,58	63.348,78	2,3375	148.077,76	
1.2	101404	Engenheiro Eletricista (44 horas)	Mês	2,25	11.835,55	26.629,98	2,3375	62.247,57	
1.3	40807	Desenhista projetista (44 horas)	Mês	3,50	2.175,55	7.614,41	2,3375	17.798,68	
Total do Item 1:								228.124,02	
Item 2		Custos Operacionais e Administrativos Locais (Despesas Diretas)							
	Código SINAPI	Cargo	Unid.	Quant.	Custo Unit.	Custo Total (R\$)	TRDE	Preço (R\$)	
2.1	CREA - RJ	Anotação de Responsabilidade Técnica - ART	unid.	5,00	300,00	1.500,00	1,2276	1.841,40	
Total do Item 2:								1.841,40	
Item 3		Serviços de Apoio Técnico							
Item	Fonte	Descrição	Unid.	Quant.	Custo Unit.	Custo Total (R\$)	TRDE	Preço (R\$)	
3.1	Mercado	Plotagem Prancha A0	unid.	180,00	18,00	3.240,00	1,2276	3977,42	
Total do Item 3:								3.977,42	
TOTAL DO ORÇAMENTO (R\$):								233.942,85	
CÁLCULO DO CUSTO COM SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS MENSALISTAS - INSUMOS SINAPI: Maio/2023									
Item	Código SINAPI Insumos	Categoria	unid.	Custo/mês com Leis Sociais (R\$)	Custo/mês sem Leis Sociais (R\$)	Horas/mês	Custo horário (R\$)	Horas de Trabalho Semanais	Custo/mês sem Leis Sociais (R\$). Conforme horas semanais de trabalho
A	40939	Engenheiro Civil Pleno (44 horas)	Mês	22.725,54	13.336,58	220,00	60,62	44	13.336,58
B	101404	Engenheiro Eletricista (44 horas)	Mês	20.167,77	11.835,55	220,00	53,80	44	11.835,55
C	40807	Desenhista projetista (44 horas)	Mês	3.707,13	2.175,55	220,00	9,89	44	2.175,55
						Encargos Sociais para mensalistas em RJ:			70,40%
Observações:									
1 - O custo do salário mensal das diversas categorias profissionais é informado no SINAPI com a inclusão dos Encargos Sociais. No caso específico, estão inclusos Encargos Sociais para Rio de Janeiro de profissionais mensalistas, com folha de pagamento não desonerada.									
2 - De acordo com a metodologia do TCU, para o Fator K já é considerado em sua composição os Encargos e Benefícios Sociais (ES) de profissionais mensalistas (70,40%). Logo, para que os Encargos Sociais não sejam cobrados em duplicidade, deverão ser eliminados dos insumos de mão de obra mensalista do SINAPI, onde estão inclusos também no percentual de 70,40%.									
3 - O Custo/Hora (R\$) do profissional é o mesmo para mensalistas e horistas. A diferenciação do custo de contratação se dá mediante a aplicação dos Encargos Sociais correspondentes a modalidade adotada, ou seja, mnsalista ou horista.									
4 - Base SINAPI-RJ referência Maio/2023									
Engenheiro Civil Alexandro Santos Campelo - CREA /RJ N° 2019108609									

Engenheiro Civil Alessandro Santos Campelo - CREA /RJ N° 2019108609



TRF2CAP202318897A



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP
(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de
benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/217

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (...) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

—

EMPRESA

DATA

ASSINATURA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/217

DECLARA, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/217

_____**DECLARO**, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

CONTRATO SIGA Nº TMP-3873901

CONTRATO Nº TRF2-CON-2023/_____

CONTRATO PARA A ELABORAÇÃO DOS
PROJETOS LEGAL E EXECUTIVO DE
PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E
PÂNICO, QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª
REGIÃO E A EMPRESA _____

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2023/00217

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor-Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a)**, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2023/00217, em consequência do Pregão Eletrônico nº 117/2023, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em ____/____/2023, conforme despacho nº TRF2-DES-2023/_____, FIRMAM o presente Contrato visando à *elaboração dos Projetos Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, incluindo a avaliação e o cadastro dos sistemas existentes de combate a incêndio, para adequar a edificação do TRF 2ª Região às normas vigentes e obter o Certificado de Aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ)*, sujeitas as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Classif. documental

30.01.02.02



TMP3873901

SIGA



TRF2CAP202328390

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a elaboração dos Projetos Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, incluindo a avaliação e o cadastro dos sistemas existentes de combate a incêndio, para adequar a edificação do TRF 2ª Região às normas vigentes e obter o Certificado de Aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 117/2023 e seus Anexos I, II, III, IV e V, e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 - DA DESCRIÇÃO DO PRÉDIO E DOS SERVIÇOS:

2.1.1 - O Prédio e os serviços objeto deste Contrato estão detalhadamente discriminados no ITEM 1.1.2 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO:

2.2.1 - Os serviços objeto deste Contrato estão detalhadamente discriminados no ITEM 1.1.3.1 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.3 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

2.3.1 - O prazo de execução dos serviços é de ____ (_____) dias **[no máximo, 26 (vinte e seis) meses, conforme Proposta]**, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato pelo Contratante.

2.3.2 - Os prazos de execução de cada Etapa foram determinados em função de sua complexidade e do respectivo projeto que será resultado.

2.3.3 - O prazo previsto para realização dos serviços de cada Etapa somente se inicia a partir do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviço emitida pelo Fiscal do Contrato, e será contado em dias corridos conforme constante no quadro constante do ITEM 1.2 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.3.4 - A contagem dos prazos apresentados no ITEM 1.2 do Anexo I será interrompida sempre que os produtos da etapa em execução forem submetidos a análises tanto da Fiscalização, quanto do CBMERJ, assim como no caso de necessidade de contratação de execução de alguma adequação por parte do Contratante.

2.3.5 - Considerando tratar-se o CBMERJ de órgão externo, sob o qual o Tribunal não possui ingerência, não é possível definir de prazo para análise e aprovação por parte do CBMERJ. Da mesma forma não é possível definir o prazo para a efetivação de uma possível contratação através de certame licitatório, e, por este motivo, torna-se necessária a interrupção na contagem dos prazos.

2.3.6 - Para efeito de acompanhamento orçamentário e financeiro do objeto da contratação foi estimado o prazo mínimo total de 26 (vinte e seis) meses.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no ITEM 1.11 do Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

3.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.1.2 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

3.1.2.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital, que deverá ser entregue no prazo de 30 (*trinta*) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato pelo Contratante.

3.1.3 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

3.1.3.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

3.1.4 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

3.1.5 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

3.1.5.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

3.1.6 - A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.



TMP3873901

SIGA



TRF2CAP202328390



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 - São obrigações do Contratante as elencadas no ITEM 1.12 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

5.1 - O recebimento do objeto deste Contrato está detalhadamente descrito no ITEM 15 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

6.1 - DO PREÇO:

6.1.1 - As Planilhas de Custos e Formação de Preços fornecidos pela Contratada por ocasião da homologação do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integram este Contrato, assim como a proposta por ela apresentada, discriminada na Cláusula Décima.

6.1.2 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada estão incluídos a incidência tributária, demais encargos e insumos tais como materiais, equipamentos, licenças, emolumentos, mão de obra, transporte, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados.

6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 - O pagamento será efetuado, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

6.2.1.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

6.2.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.2.1.3 - Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.1.4 - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) 20% do valor total - na entrega da Etapa1 - Conferência e elaboração do projeto “as built” do Sistema de Combate a Incêndio existente no Prédio, com emissão de parecer técnico.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

b) 20% do valor total – na entrega da Etapa 2 - Elaboração do Projeto Legal de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

c) 10% do valor total – na entrega da Etapa 3 – Obtenção do Laudo de Exigências do CBMERJ.

d) 20% do valor total – na entrega da Etapa 4 - Elaboração do Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

e) 20% do valor total – na entrega da Etapa 5 - Fiscalização de obra ou serviços de adequação contidos no Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico e emissão do Laudo Circunstanciado do CBMERJ.

f) 10% do valor total – na entrega da Etapa 6 - Obtenção do Certificado de aprovação do CBMERJ.

6.2.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.

6.2.3 – A Contratada que se enquadre nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

6.2.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540, de 05/01/2015 e nº 1.552, de 02/03/2015.

6.2.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

6.2.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000 /2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

6.2.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.7 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme item 11 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

7.1.1 - Nota de Empenho: _____.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 20 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº 117/2023 e seus Anexos I, II, III, IV e V;

b) Proposta datada de __/__/2023, conforme documento nº TRF2-CAP-2023 /_____, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados;

c) CERTIFICADO DE VISTORIA (TRF2-CAP-2023/_____), *se houver*, emitido pela DIVISÃO DE OBRAS / NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS, comprovando que a Contratada sanou todas as dúvidas técnicas e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato.

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b" prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de **2 (dois) anos e 8 (oito) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato pelo Contratante.

11.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no Contrato.

11.2.1 - Caso a não conclusão decorrer de culpa da Contratada:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

a) A Contratada será constituída em mora, aplicáveis a ela as penalidades, conforme previsto no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

b) O Contratante poderá optar pela extinção do Contrato, estabelecida na Cláusula Nona.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:

12.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, que estão dispostas no ITEM 11 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

13.1 - O Contratante designará servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

13.2 - Competem à Fiscalização as atribuições elencadas a seguir:

13.2.1 - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

13.2.2 - Informar, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

13.2.3 - Solicitar auxílio aos setores competentes do Contratante, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

13.2.4 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

13.2.5 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

13.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

13.4 - Na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização, prevista no art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/21, deverão ser observadas as seguintes regras:

13.4.1 - A Contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de Contrato;

13.4.2 - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do Contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

13.5 - Compete à fiscalização, além das constantes no ITEM 6 do Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS:

14.1 - A presente Cláusula tem por objeto atender aos dispositivos consignados na Lei nº 13.709/2018, e nas Resoluções nº 363 de 12/01/21 do CNJ e nº TRF2-RSP-2022/00031 de 01/04/2022 deste E. Tribunal.

14.2 - DOS AGENTES DE TRATAMENTO:

14.2.1 - Para efeitos de proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato o Contratante e a Contratada assumem as obrigações de controladores de dados, na forma de controladoria conjunta, dada a convergência das finalidades do tratamento de dados pessoais no âmbito contratual.

14.3 - DAS OBRIGAÇÕES:

14.3.1 - As Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais coletados de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.965/2014 e o Decreto nº 8.771/2016 (Marco Civil da Internet), no que couber.

14.3.2 - Ficam as Partes obrigadas a adotar medidas de segurança, técnicas e organizacionais apropriadas contra o tratamento de dados não autorizado ou ilegal, a perda, a destruição acidental ou eventuais danos aos dados pessoais, incluindo as medidas estabelecidas em Políticas de Privacidade compatíveis com os ditames da lei (artigo 46, da LGPD).

14.3.3 - As partes garantem que:

a) o tratamento de dados pessoais será feito conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

b) o tratamento de dados pessoais será limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades da contratação, vedado às partes a utilização e/ou o compartilhamento dos dados pessoais para finalidade diversa, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal (artigo 6º incisos I, II e III, artigo 7º, § 3º da LGPD).

c) o eventual compartilhamento dos dados pessoais com outras empresas ou pessoas, na forma acima, deve se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual ou conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11, 14 e/ou 23 da Lei 13.709/2018.

d) será mantido registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizam para a execução deste Contrato. a Contratada deverá disponibilizar ao Contratante, sempre que solicitado, toda informação e documentação necessárias para demonstrar cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação pertinente.

14.3.4 - A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados, servidores e/ou colaboradores acerca das obrigações e condições acordadas neste instrumento contratual, inclusive



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

no tocante à Política de Privacidade do Contratante, cujas regras deverão ser aplicadas ao tratamento dos dados pessoais por eles realizados. A Contratada responsabiliza-se por eventuais descumprimentos.

14.3.5 - A Contratada deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Contratante relativos aos dados pessoais, em caso de desligamento do empregado, servidor e/ou colaborador das atividades inerentes à execução deste Contrato.

14.3.6 - As Partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares, nos termos previstos na LGPD e na legislação de regência, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, do Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais órgãos de controle.

14.3.7 - A Contratada deverá comunicar por escrito ao Contratante, em até 24 (*vinete e quatro*) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao Contratante as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

a) A Contratada poderá enviar informações de forma gradual somente no caso em que não disponha imediatamente de todas as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD.

14.3.8 - Em caso de subcontratação, a Contratada garante a assunção das obrigações referentes à proteção de dados pessoais pela subcontratada, devendo os serviços prestados por esta ser executados de acordo com o disposto neste contrato. A Contratada assume responsabilidade administrativa e civil pelos atos por praticados pela subcontratada.

14.4 - DA RESPONSABILIDADE:

14.4.1 - Eventual responsabilidade das Partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e em consonância com as disposições constantes da Seção III, Capítulo VI da LGPD.

14.4.2 - As Partes responderão administrativa e judicialmente se causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD e à legislação de regência.

14.5 - DO TÉRMINO DO TRATAMENTO:

14.5.1 - Encerrada a vigência do Contrato ou sendo verificado que os dados pessoais deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade, as Partes se comprometem a eliminar todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direito ou outra hipótese prevista na LGPD ou na legislação pertinente.

14.5.2 - Na hipótese de ajuizamento de ação trabalhista, as partes estão autorizadas a guardar os dados pessoais até o trânsito em julgado ou, sendo o caso, até a quitação dos valores devidos.

14.5.3 - A eliminação dos dados abrange todas as cópias existentes, em formato digital ou físico.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

16.2 - No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/21.

16.2.1 - As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

16.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

16.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Diretor-Geral

REPRESENTANTE LEGAL

EMPRESA CONTRATADA

(cargo)

10



TMP3873901

SIGA



TRF2CAP202328390



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
Diretor-Geral

MINUTA

11



TMP3873901

SIGA 



TRF2CAP202328390

